



REALIDADE BRASILEIRA

358 mil pessoas estão em situação de rua

Levantamento da UFMG aponta crescimento acelerado no Norte e desigualdade regional no acesso a políticas públicas

» RAFAELA BOMFIM*

Brasil chegou a 358.553 pessoas em situação de rua no mês de outubro, segundo levantamento do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com População em Situação de Rua, vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Os dados, extraídos da plataforma CadÚnico, revelam um cenário de expansão contínua dessa população e forte concentração nos grandes centros urbanos, especialmente na região Sudeste.

O estudo mostra que São Paulo lidera o ranking nacional, com 148.730 registros. Desse total, 99.477 pessoas vivem na capital paulista. Na sequência aparecem Rio de Janeiro, com 33.081, e Minas Gerais, com 32.685. Juntas, as três unidades federativas respondem por cerca de 60% de todas as pessoas em situação de rua no país.

A plataforma reúne informações declaradas aos serviços municipais de assistência social, o que permite acompanhar a evolução do fenômeno ao longo dos anos.

De acordo com o Observatório, o crescimento nacional foi expressivo: o número saltou de cerca de 116 mil pessoas em 2018 para mais de 358 mil, agora.

Estados do Sul e do Nordeste surgem logo abaixo, embora com distância significativa em números absolutos. O Paraná contabiliza 17.091 registros, a Bahia 16.603, o Rio Grande do Sul 15.906, o Ceará 13.625 e Santa Catarina 11.805.

Roraima aparece com 9.954 pessoas em situação de rua, número que chama atenção pelo porte populacional do estado, uma vez que o contingente é superior ao de unidades federativas mais populosas, o que indica uma desconexão entre tamanho da população e capacidade de resposta social.

O crescimento desta população no estado, que fica na Região Norte, é considerado fora do padrão nacional. Em 2018, Boa Vista registrava pouco mais de mil pessoas em situação de rua. O número atual representa aumento de quase dez vezes, ritmo superior ao observado no país como um todo e também maior que o da capital

Estado conteúdo



O estado de São Paulo lidera o ranking com 148 mil pessoas em situação de rua. Somente na capital, são 99,4 mil

paulista no mesmo período.

Para o coordenador do programa Polos de Cidadania da UFMG, André Luiz Freitas Dias, os dados refletem deslocamentos internos e falhas estruturais. Segundo ele, “a

concentração no Sudeste está relacionada ao fluxo de pessoas em busca de trabalho e sobrevivência, em uma região marcada pela desigualdade e pela insuficiência de políticas públicas”.

O pesquisador destaca ainda que a situação persiste apesar das garantias legais. “O descumprimento da Constituição Federal de 1988 com as pessoas em situação de rua continua, com poucos avanços na

efetivação de direitos como moradia, educação e trabalho”, afirmou.

O Observatório também aponta limitações na transparência das informações. Para os pesquisadores, os dados sobre essa população deveriam ser públicos, abertos e acessíveis, permitindo maior controle social e melhor formulação de políticas.

O levantamento reforça que o problema não se restringe a uma região específica. Embora o Sudeste concentre a maioria dos registros, Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul apresentam crescimento contínuo, exigindo ações articuladas entre União, estados e municípios.

Ao evidenciar a dimensão nacional do fenômeno, o estudo indica que a ampliação do número de pessoas vivendo nas ruas segue como um dos principais desafios sociais do país, com impacto direto sobre direitos básicos e sobre a capacidade do poder público de responder de forma integrada.

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula
(Leia mais na Pag. 13)

Doe seu IR

Até 26/12

para o Hospital Pequeno Príncipe.

Excelência em transformar a vida de crianças de todo o Brasil, como a Sofia.

Você pode destinar até 6% do seu Imposto de Renda – seja a pagar ou a restituir – para os projetos do maior hospital pediátrico do Brasil, de forma fácil e sem custos.

Acesse doepequenoprincipe.org.br, simule seu potencial de doação, preencha o formulário e solicite seu boleto.

Para mais informações, escaneie o QR code abaixo.



Contamos com o seu apoio!
doepequenoprincipe.org.br

(41) 2108-3886 (41) 99962-4461



SEGURANÇA PÚBLICA

Mauro Pimentel/AFP



O documento é uma das exigências do Suopremo no âmbito da ADPF 63, que trata da violência policial

Rio apresenta plano contra crime

O plano de recuperação de territórios controlados pelo crime organizado foi apresentado, ontem, pelo governo do Rio de Janeiro ao Supremo Tribunal Federal (STF). As novas medidas incluem o enfrentamento à presença ostensiva do crime e às operações financeiras ilegais e devem ser executadas em cinco etapas, começando por comunidades da Zona Sudoeste, depois do carnaval de 2026.

O documento é uma das exigências estabelecidas no contexto da ADPF 635, que cobra medidas para conter violações de direitos e o alto número de mortos em operações policiais nas favelas fluminenses.

A Zona Sudoeste é uma região dominada por milícias (grupos paramilitares formados por bombeiros e policiais) e pelo Terceiro Comando Puro. A localidade tem sido palco frequente de disputa de territórios entre as facções e testemunha um relevante número de assassinatos. Ali, o governo pretende começar o projeto em Rio das Pedras, favela considerada o berço da milícia, pela Muzema e pela Gardênia Azul, que são áreas controladas pelo Comando Vermelho.

As regiões foram escolhidas pelo “nível crítico de atuação de grupos armados” e pelas marcas de vulnerabilidade social e degradação ambiental, com impactos na segurança e mobilidade de 70 mil pessoas.

Cinco fases

O Plano Estratégico de Reocupação Territorial, como foi chamado, foi dividido em cinco fases integradas. A primeira, no eixo segurança pública e justiça, prevê, primeiro, um mapeamento do território, seguido de intervenção direta. Deve incluir a presença ostensiva das polícias por um período determinado, e, se necessário, de forças federais e Armadas, ao lado de ações de monitoramento.

O objetivo, além de eliminar a presença do crime, é enfrentar o controle de serviços básicos pelas facções. Foca também na fiscalização das empresas que vendem gás, gelo e internet, utilizadas para lavagem de dinheiro. Nessa fase, também é esperada a presença do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Nas segunda e terceira fases, de desenvolvimento social e urbano, o objetivo é “resgatar a cidadania e ampliar acesso a direitos”. O governo planeja mutirões de assistência social, reforma de escolas, implantação de tempo integral, cursos técnicos, atividades esportivas, culturais e profissionalizantes, assim como obras de saneamento, iluminação, limpeza pública, regularização fundiária e melhoria da mobilidade urbana.

A quarta fase prevê apoio ao desenvolvimento econômico, com incentivo a micro empresas, cooperativas e apoio ao turismo comunitário. O quinto eixo busca sustentabilidade, articulando várias esferas de governo e a sociedade civil para monitorar o plano. Em nota, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, disse que o termo de reocupação não se refere apenas ao retorno da polícia, mas à volta do Estado. Ele defendeu a união entre os Poderes para tirar as ações do papel. “O foco é a permanência e a transformação da realidade local por meio da integração entre segurança e serviços sociais, conforme as diretrizes do STF e os anseios da população” (Agência Brasil)